

WORKSHOP

“Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Directores Municipais”

Açores
Julho 2009

RELATÓRIO DE SATISFAÇÃO

Horta, 13 de Outubro 2009

Organização: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar / Direcção
Regional do Ambiente

INTRODUÇÃO

Dada a obrigatoriedade de se efectuar a avaliação ambiental dos instrumentos de gestão territorial, em resultado das alterações produzidas pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, em articulação com o Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, a Direcção Regional do Ambiente sentiu a necessidade de organizar um workshop sobre o tema, a decorrer no ano 2009, face à experiência tida na Região Autónoma dos Açores nos processos de revisão dos Planos Directores Municipais (PDM). Para o efeito, foi convidada a Professora Doutora Maria do Rosário Partidário, investigadora de reconhecida competência na matéria, para conduzir o workshop, de modo a sensibilizar as entidades com responsabilidades na elaboração/revisão dos instrumentos de gestão territorial, sobre a utilidade e versatilidade desta importante ferramenta de planeamento estratégico, incorrectamente empregue como um mero formalismo administrativo.

ORGANIZAÇÃO DO WORKSHOP

Apesar do principal público-alvo serem as autarquias, a Direcção Regional do Ambiente considerou que deveria de alargar às restantes entidades com responsabilidades na elaboração de outros planos e programas, ou com responsabilidades ambientais específicas cujos efeitos ambientais resultantes da aplicação dos planos ou programas, possam interessar. Nesse sentido, foi encetada uma estratégia de divulgação concertada e abrangente, utilizando para o efeito, as tecnologias informáticas actualmente disponíveis (mailing list, portal azores.gov.pt), bem como divulgação do evento junto dos órgãos de comunicação social escrita. Por outro lado, de modo que o workshop fosse o mais abrangente possível, tendo em consideração a dispersão geográfica das ilhas dos Açores, foi proposto a realização de duas sessões do evento, uma em Ponta Delgada, a decorrer de 13 a 14 de Julho de 2009, no Auditório do Laboratório Regional de Engenharia Civil, e outra sessão na Horta, a decorrer de

27 a 28 de Julho de 2009, no Observatório do Mar dos Açores – OMA/Centro do Mar (antiga Fábrica da Baleia).

Uma vez que se trata de uma matéria com importantes implicações para a Região, e de modo a fornecer a máxima informação sobre o tema aos potenciais participantes no evento, foi elaborada uma base documental em suporte digital, a ser entregue ao início de cada sessão, documentos cedidos pela formadora. Em paralelo, e de forma a tornar mais eficaz a componente prática do evento, a Direcção Regional do Ambiente encetou esforços junto das Câmaras Municipais de Nordeste e de São Roque do Pico, que se encontram a rever o seu PDM, solicitando informação e apoio na elaboração de casos de estudo com vista a aplicação prática da metodologia de base estratégica a um PDM regional, iniciativa esta que colheu o total empenho e apoio camarário.

Foi também elaborado um inquérito a fornecer aos participantes do evento, ambas as sessões, de modo a compreender o nível de satisfação dos mesmos face ao evento, e dessa forma, aprender-se com a experiência tida e dificuldades sentidas na organização e decorrência do mesmo, com vista eventuais reajustamentos ao modelo de formação apresentado.

RESULTADOS DOS INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO

Introdução

Para a sessão do Workshop “Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Directores Municipais”, em Ponta Delgada, inscreveram-se 42 pessoas, a maioria da administração pública regional (SASM, DROTRH, IRP, DRDA, DROAP, DRA, IRA, Ecoteca Angra do Heroísmo, EBI Rabo de Peixe), mas também autarquias e associação de municípios (CM Lagoa, CM Ribeira Grande, CM Nordeste, CM Vila Franca do Campo, AMISM), empresas de consultadoria (Simbiente Açores, SGS Portugal), associações sem fins lucrativos (ARENA), Universidades (Universidade do Açores, ESA de Castelo Branco), e órgãos de comunicação social (Jornal “Terra Nostra”).

Para a sessão do Workshop “Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Directores Municipais”, na Horta, inscreveram-se 38 pessoas, a maioria da

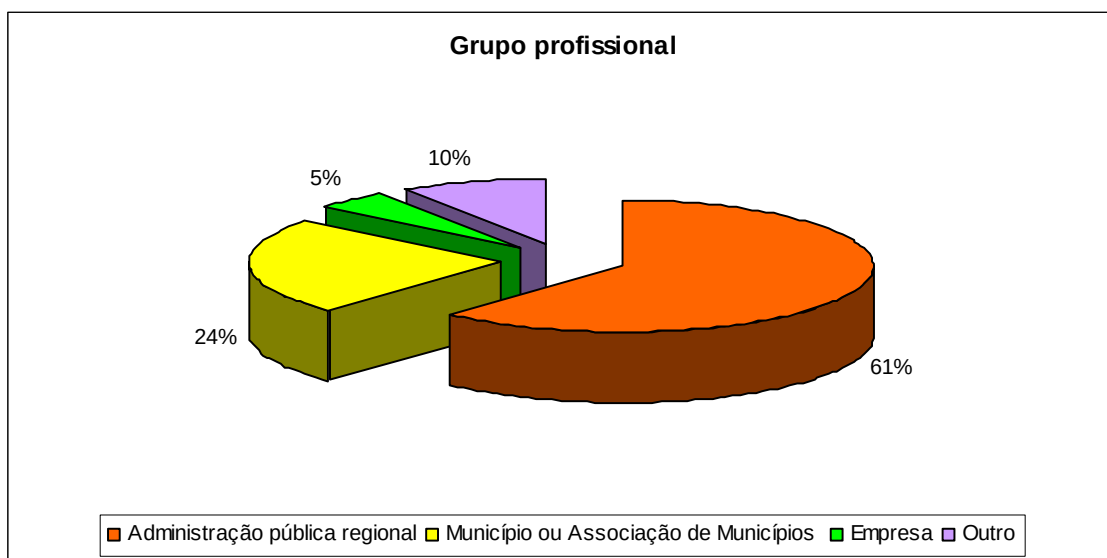
administração pública regional (DRA, DROAP, SRAM, BPAR João José da Graça, SAT, SAF, DRT), mas também autarquias (CM São Roque do Pico, CM Horta), empresas municipais (URBHORTA), empresas de consultadoria (Espaço Colectivo, PMP Arquitecto, Lda.), Universidades (Universidade dos Açores e Universidade Técnica de Lisboa) e candidaturas pessoais.

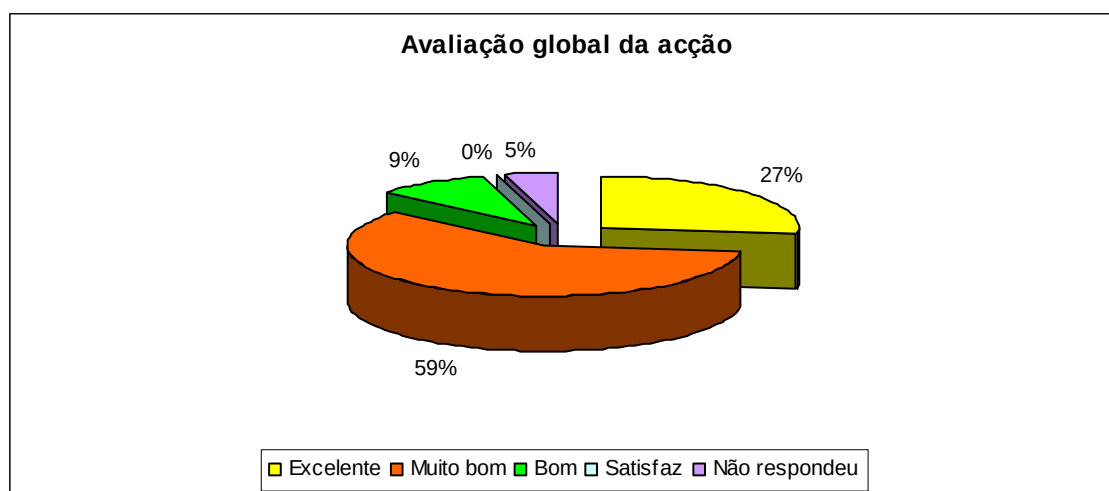
Em ambas as sessões do workshop, Ponta Delgada e Horta, o primeiro dia da acção consistiu na apresentação teórica do procedimento metodológico de base estratégica de avaliação ambiental de planos e programas, e o segundo dia consistiu na aplicação prática da metodologia de base estratégica ao PDM de Nordeste, no caso da sessão de Ponta Delgada, e ao PDM de São Roque do Pico, no caso da sessão da Horta.

Ponta Delgada, 13 e 14 de Julho de 2009

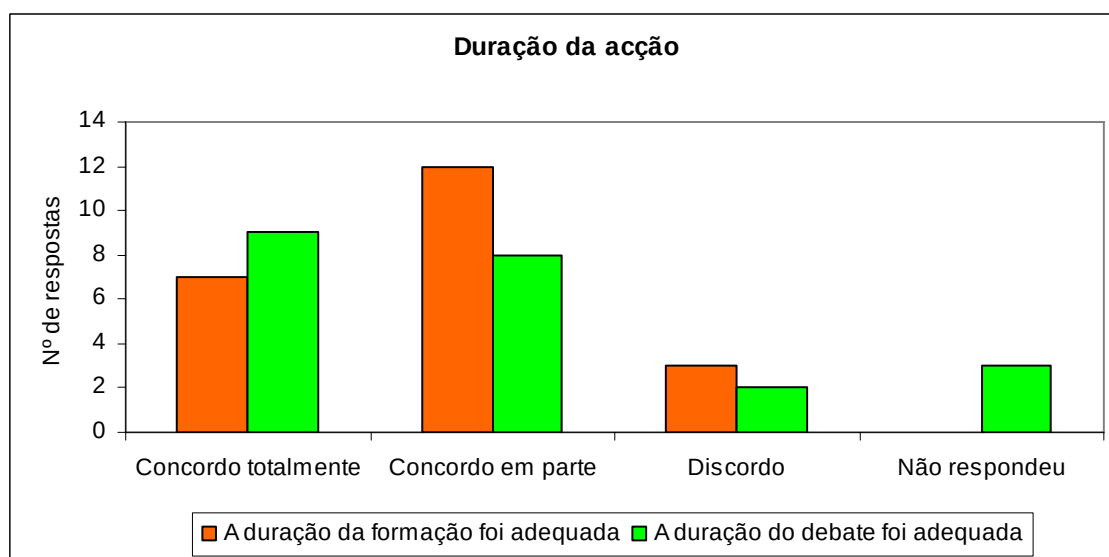
No 1º dia da sessão da acção em Ponta Delgada, 13 de Julho, compareceram 33 pessoas, e no segundo dia de formação, 14 de Julho, componente prática da formação, compareceram 26 pessoas. Destas, foram recebidos 21 questionários de satisfação, 61% oriundos da administração pública regional.

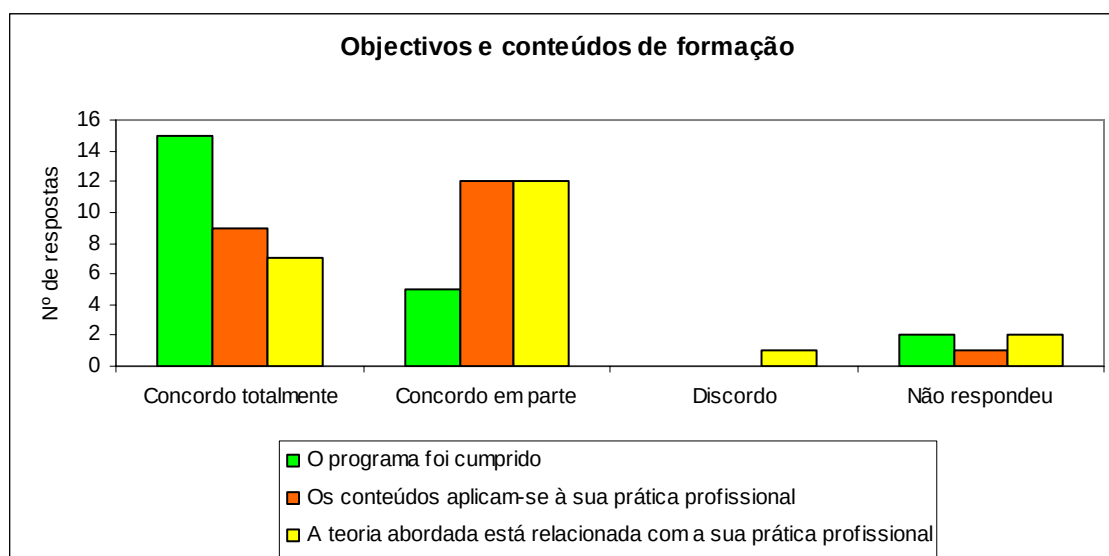
A acção de formação foi considerada muito boa, para 59% dos inquiridos, destacando-se que 27% dos participantes, consideraram a acção excelente.



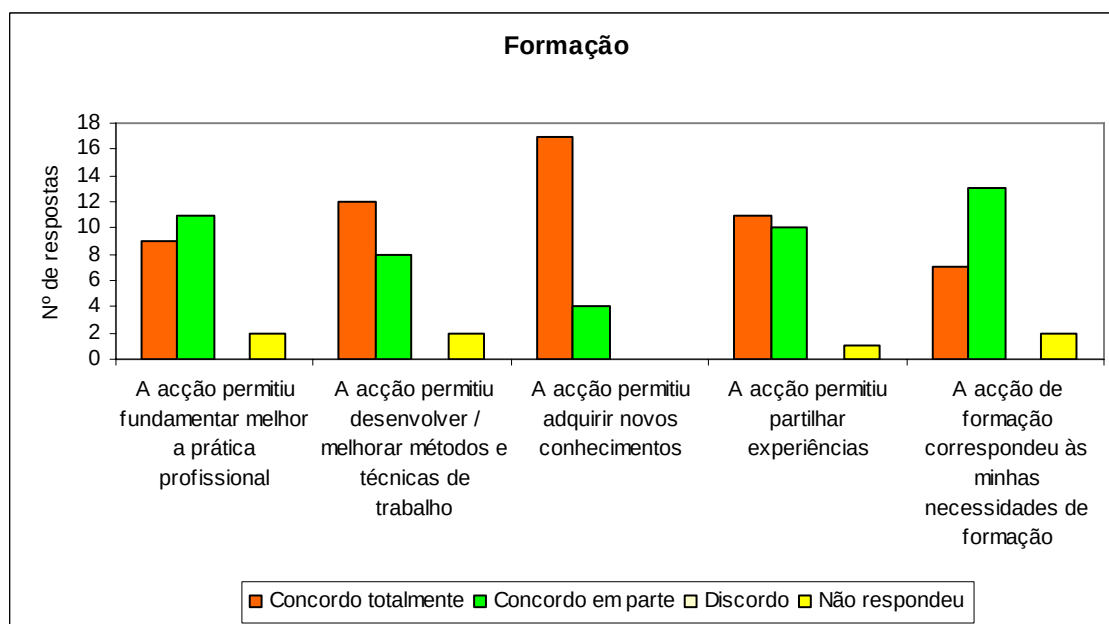


De uma forma geral, as questões levantadas sobre a duração da acção, objectivos e conteúdos de formação, formação, organização e instalações, e formadora, reuniram a concordância da maioria dos participantes. No entanto, foram efectuadas algumas críticas ao nível da duração da formação, que deveria de ter sido maior, nomeadamente a sua componente prática, bem como foi considerado que, os conteúdos da formação (módulos de formação) foram muito teóricos, e a linguagem usada pela formadora demasiadamente técnica.

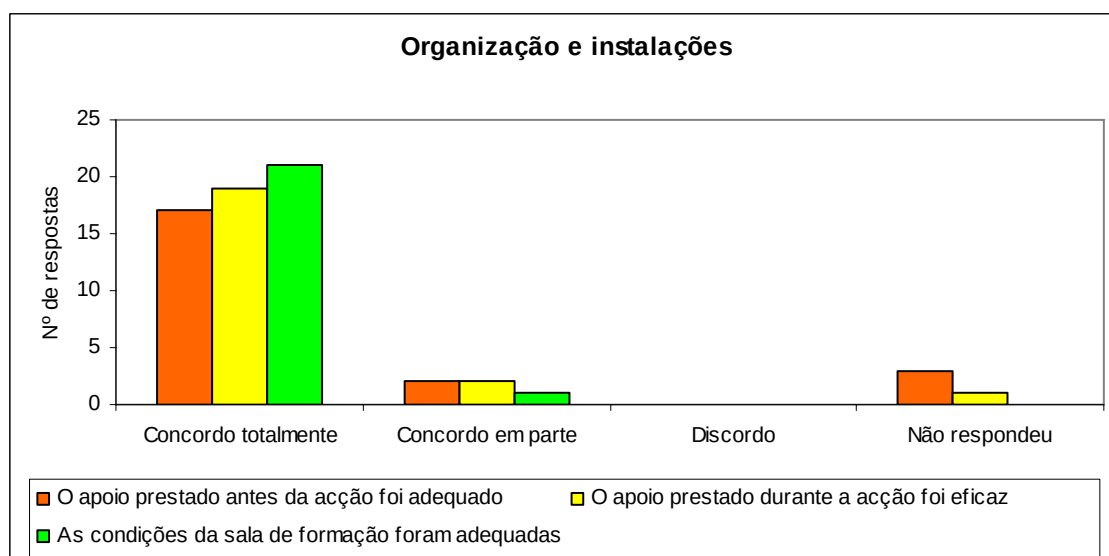




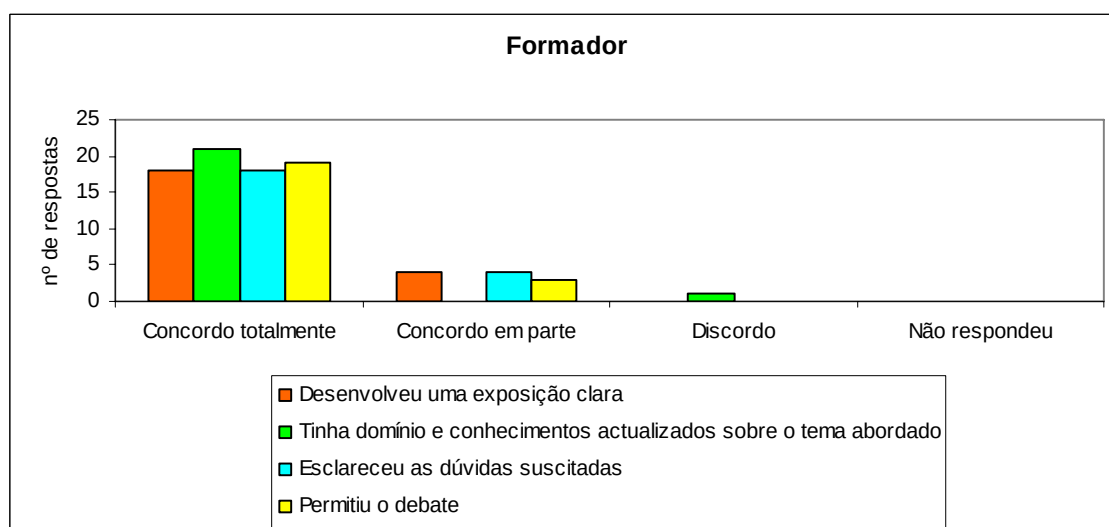
Quando se questionou sobre a formação propriamente dita, a maioria dos inquiridos considerou que a mesma permitiu desenvolver / melhorar métodos e técnicas de trabalho, bem como adquirir novos conhecimentos, e de acordo com as diferentes actividades profissionais dos inquiridos, a formação permitiu fundamentar melhor a prática profissional de alguns inquiridos.



Quando se questionou sobre a organização e instalações, foi possível constatar que a maioria dos inquiridos considerou que o apoio prestado antes e durante a acção foi adequado, bem como o espaço do auditório do Laboratório Regional de Engenharia Civil foi apropriado para a realização da mesma.



Quando se questionou sobre o perfil da formadora, as respostas dadas reflectem sem margem de dúvidas, a qualidade e competência profissional da Professora Doutora Maria do Rosário Partidário.



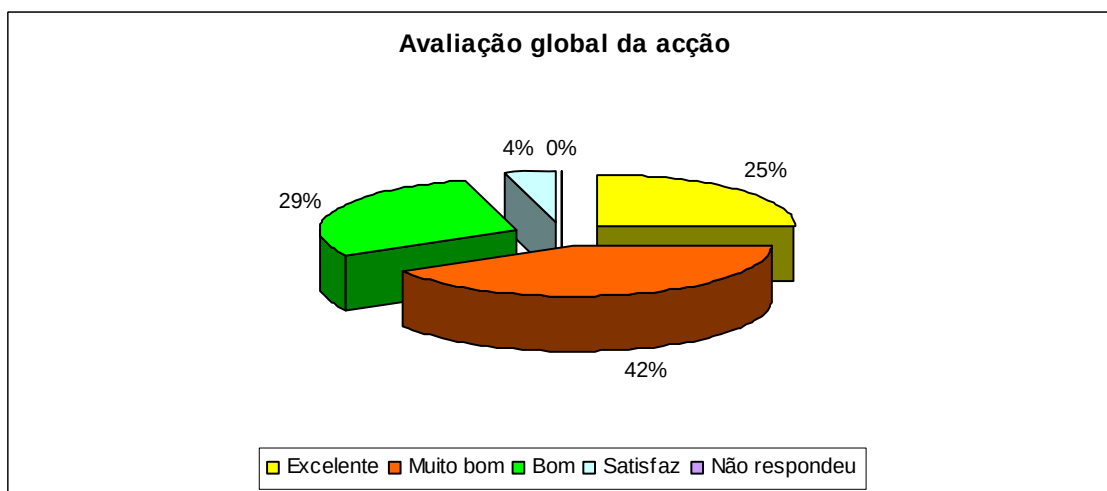
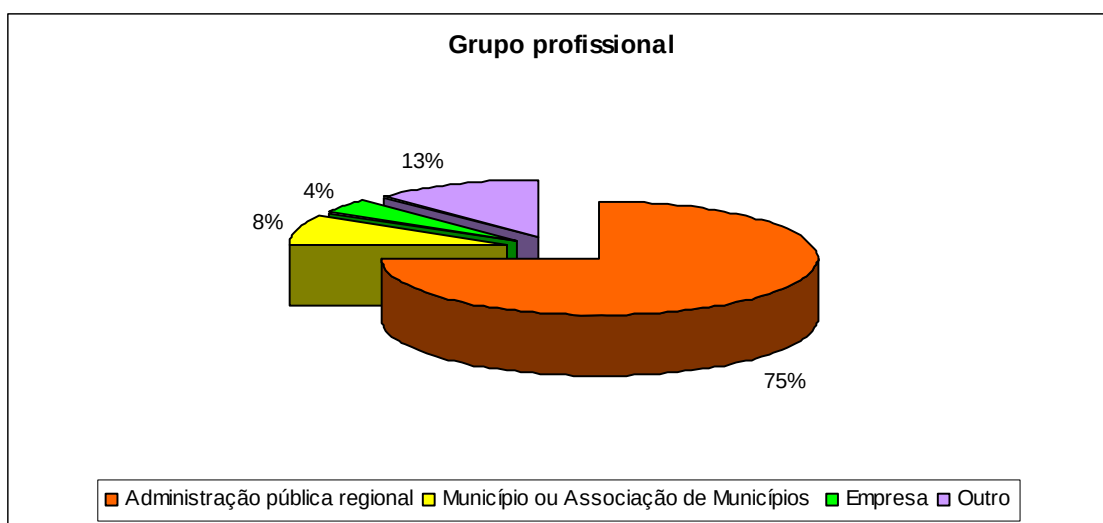
Quando se questionou sobre outros temas para futuras acções de formação, as respostas foram relativamente escassas, tendo-se sugerido acções de formação na área de AIA, legislação ambiental, ruído e emissões atmosféricas.

Importa registar que as críticas efectuadas aos conteúdos de formação efectuadas na sessão de Ponta Delgada, levou a que a formadora procedesse a algumas alterações nos módulos de formação, essencialmente no 1º módulo de formação, intitulado “O que é a AAE?”.

Horta, 27 e 28 de Julho de 2009

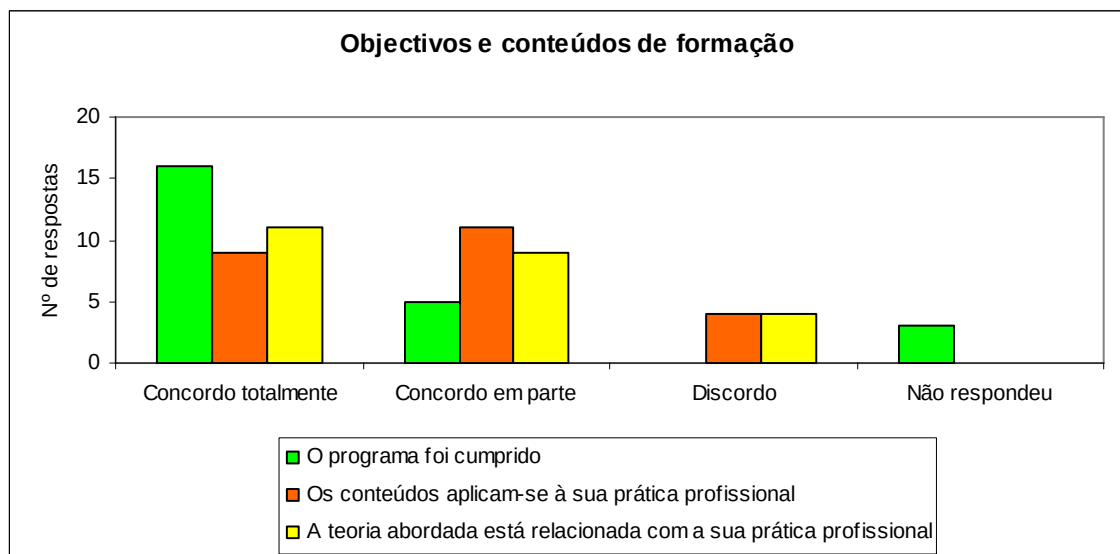
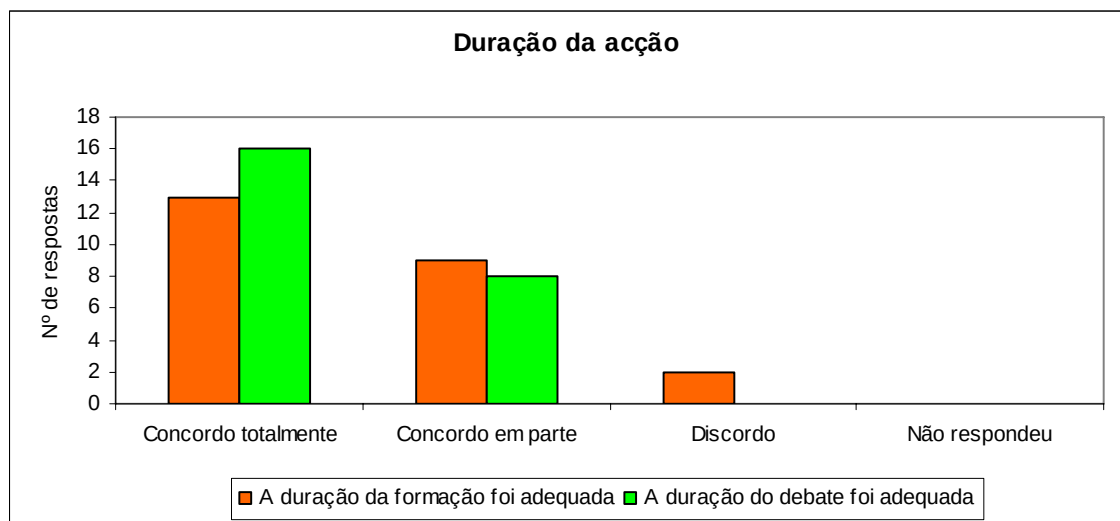
No 1º dia da sessão da acção na Horta, 27 de Julho, compareceram 29 pessoas, e no segundo dia de formação, 28 de Julho, componente prática da formação, compareceram 26 pessoas. Destas, foram recebidos 24 questionários, 75% oriundos da administração pública regional.

A acção de formação foi considerada muito boa, para 42% dos inquiridos, destacando-se que 25% dos participantes, consideraram a acção excelente.



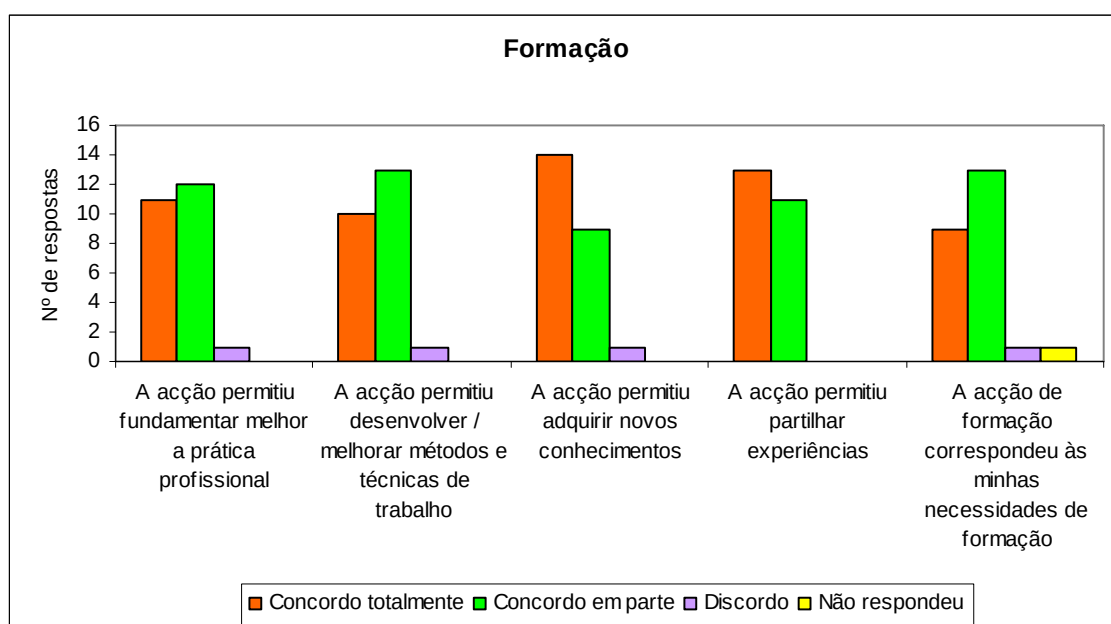
De uma forma geral, as questões levantadas sobre a duração da acção, objectivos e conteúdos de formação, formação, organização e instalações, e formadora, reuniram a anuência da maioria dos participantes. No entanto, foram efectuadas algumas críticas ao nível do tempo de formação, que deveria de ser maior, nomeadamente a sua componente prática, e esta deveria de se articular

ao mesmo tempo que a exposição teórica da metodologia de base estratégica. Foram também efectuadas críticas ao acompanhamento dado pela formadora junto dos grupos de trabalho, e de realçar duas respostas dadas, uma de carácter profundamente encorajador para a organização (“Muito importante o trabalho de grupo no desenvolvimento do exercício feito”), e uma outra extremamente pertinente, passível de ser interpretada de acordo com a sensibilidade individual (“Complexificação de um tema que deveria de ser simples e claro”).

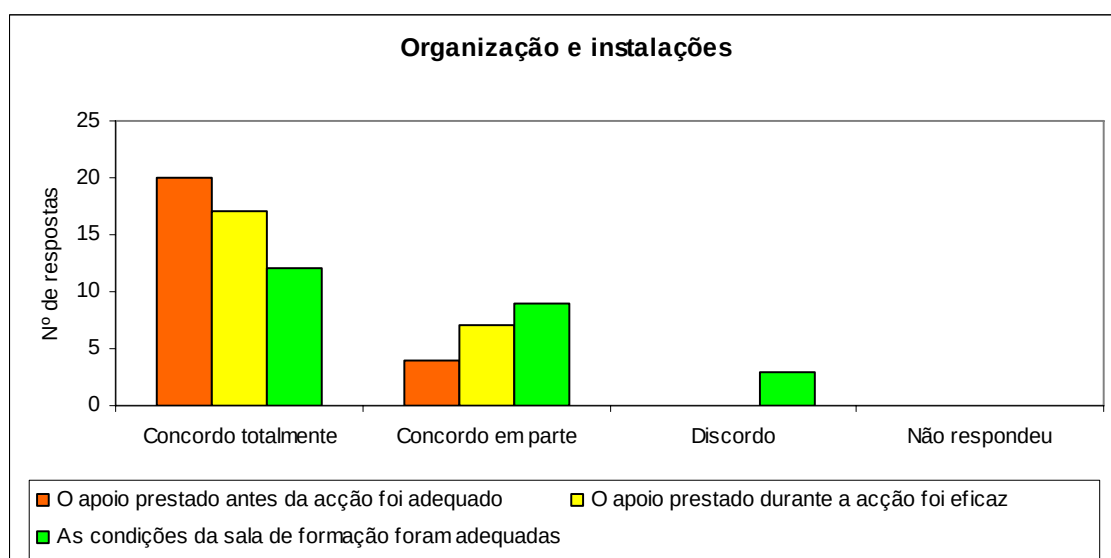


Quando se questionou sobre a formação propriamente dita, a maioria dos inquiridos considerou que a mesma permitiu adquirir novos conhecimentos, bem como possibilitou a partilha de experiências entre os participantes, bem como de

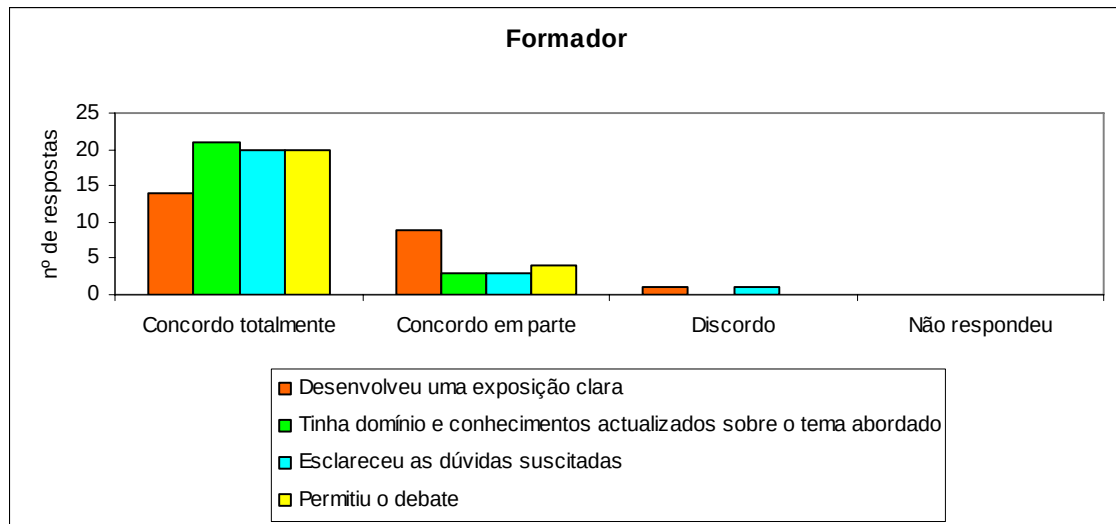
acordo com as diferentes actividades profissionais dos inquiridos, a formação permitiu fundamentar melhor a sua prática profissional, no desenvolvimento de métodos e técnicas de trabalho.



Quando se questionou sobre a organização e instalações, foi possível constatar que a maioria dos inquiridos considerou que o apoio prestado antes e durante a acção foi adequado, e o espaço cedido pelo OMA foi considerado relativamente apropriado para a realização da mesma.



Quando se questionou sobre o perfil da formadora, as respostas dadas reflectem a qualidade e competência profissional da Professora Doutora Maria do Rosário Partidário.



Quando se questionou outros temas para futuras acções de formação, as respostas foram substanciais, com um leque de sugestões factíveis num futuro próximo (Vide item 1).

1- Indique outros temas que gostaria de ver abordados em acções futuras:

- a) Prevenção e redução da produção de resíduos nas actividades agrícolas, domésticas, etc.
- b) Prevenção de resíduos (2 dias)
- c) Gestão de Resíduos Urbanos
- d) Aplicação dos princípios de eficiência energética às habitações
- e) Estratégias de gestão eficiente de produção, distribuição e consumo de energia (3 dias)
- f) Tratamentos alternativos para as águas residuais domésticas
- g) Compostagem
- h) Agenda 21 – duas respostas, sendo que uma delas propõe 2 dias de formação para a acção de formação
- i) Consulta pública
- j) A participação pública nos Açores: Como combater o insucesso!
- k) Como melhor promover e desencadear a consulta e participação pública
- l) Técnicas, metodologias e práticas de consulta pública (4 a 5 dias)

- m) Green Public Procurement – 2 respostas, uma incidindo numa acção mais generalista de Compras “verdes” e outra vocacionada para as compras “verdes” da Administração Pública Regional
- n) Ruído e ordenamento do território
- o) AAE de planos de programas que não PMOT (3 dias)
- p) A experiência de AAE na RAA (2 dias)
- q) EMAS Easy
- r) Licenciamento Ambiental (2 dias)
- s) AIA (2 dias)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em atenção os resultados obtidos nos inquéritos de satisfação, em ambas as sessões do workshop “Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Directores Municipais”, tecem-se as seguintes considerações:

- a) A avaliação ambiental de planos e programas é um novo instrumento de política ambiental em Portugal, publicado pelo Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de Junho, que veio transpor a Directiva Europeia 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, destinando-se a avaliar os efeitos ambientais de decisões de natureza estratégica. Com a publicação do Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, a avaliação ambiental dos instrumentos de gestão territorial é obrigatória.
- b) Uma vez que se trata de um procedimento que visa avaliar os efeitos ambientais de decisões de planeamento de natureza estratégica, foi definida uma metodologia de avaliação ambiental de base estratégica, para planos e programas, constante do “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica: Orientações Metodológicas”, editado pela Agência Portuguesa do Ambiente, em 2007.
- c) Uma vez que a Direcção Regional do Ambiente, enquanto entidade com competências na promoção e coordenação dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica na Região, adoptou como boa prática, a aplicação da metodologia de base estratégica aos planos e programas regionais, a realização do workshop possibilitou o contacto com uma linguagem técnica

de natureza estratégica, definindo-se um procedimento metodológico, através da aplicação prática dos pressupostos da avaliação ambiental de cariz estratégico, a dois Planos Directores Municipais, em processo de revisão na Região.

- d) A estratégia de divulgação do evento encetada pela Direcção Regional do Ambiente teve um impacto relativamente significativo, dado pelo número de inscrições (Total de 80 inscritos em ambas as sessões), apesar de o número de participantes ter ficado um pouco aquém das expectativas (Total de 62 participantes em ambas as sessões).
- e) Apesar da estratégia de divulgação encetada, a Direcção Regional do Ambiente não conseguiu cumprir o seu principal objectivo de sensibilização das autarquias da Região para a avaliação ambiental dos seus planos de gestão territorial, uma vez que somente estiveram representadas 5 câmaras municipais, num total de 19.
- f) Uma vez que se trata de um procedimento metodológico, a principal lição aprendida na realização do workshop, foi o curto tempo de formação, devendo a acção ter sido alargada para um mínimo de 3 dias de duração. Apesar disso, considera-se uma mais valia se a aplicação da metodologia estratégica ao Plano Director Municipal (componente prática), for efectuada em articulação com a apresentação teórica dos fundamentos metodológicos da avaliação ambiental estratégica.
- g) Relativamente a outros temas para futuras acções de formação, de destacar a participação e a consulta pública nas grandes questões estratégicas da Região, sendo certo que a baixa adesão de instituições/pessoas para além da administração pública regional, no workshop realizado, parece espelhar inequivocamente que as práticas de cidadania participativa e democrática na Região continuam a não ser devidamente promovidas e são relativamente escassas, devendo-se dar uma especial atenção a este fenómeno social.

Por último mas não menos importante, a Direcção Regional do Ambiente agradece todo o apoio prestado pela Câmara Municipal de Nordeste, em particular à Arquitecta Mafalda Vicente, e pela Câmara Municipal de São Roque do Pico, em particular ao Eng.º Nuno Monteiro, pela cedência dos documentos relativos à proposta de revisão do PDM Nordeste e PDM de São Roque do Pico,

respectivamente. Agradece também aos Serviços de Ambiente de São Miguel, em particular à Eng.^a Ana Rita Valente, pela boa prossecução da sessão em Ponta Delgada.

Um agradecimento também ao Laboratório Regional de Engenharia Civil, pelo empenho na cedência de espaços físicos para a eficácia da sessão de Ponta Delgada, bem como pela assistência técnica dada ao nível informático, e ao OMA, em particular ao Dr. Pedro Monteiro, pela organização do espaço físico para a sessão da Horta, e pelo bem conseguido coffee-break.